

Ajuste no Plano Cruzado deve render US\$ 25 bilhões

José Negreiros e
Teodomiro Braga

Brasília — O Fundo de Reconstrução Nacional, que será anunciado hoje em cadeia de rádio e televisão pelo presidente José Sarney, às 20h30m, poderá arrecadar até US\$ 25 bilhões — Cz\$ 350 bilhões — nos próximos três anos, através da venda de empresas estatais e da instituição de empréstimos compulsórios sobre a venda de combustíveis (gasolina e álcool), automóveis, passagens aéreas internacionais e dólares. Os empréstimos compulsórios deverão permanecer durante três anos e os recursos deles provenientes ficarão congelados durante outros três anos.

É com esses recursos que o governo deverá sanear as empresas estatais e financiar o seu plano de metas, que prevê a aplicação de mais Cz\$ 200 bilhões por ano, computando-se recursos próprios das empresas estatais e transferências da união. Serão cinco as áreas prioritárias: agricultura e irrigação; infra-estrutura (energia e transportes); modernização industrial; área social (educação, saúde, reforma agrária e programa de alimentos); e desenvolvimento regional com ênfase para o Nordeste.

Sarney divulgará ainda as principais linhas da reforma administrativa que contempla uma antiga reivindicação dos servidores (o 13º salário), reestrutura a carreira do funcionalismo público e racionaliza a máquina administrativa federal, considerada inoperante e onerosa pelas autoridades econômicas.

Convencido de que o congelamento é a essência do Plano Cruzado nº 1, o presidente da República resolveu aprovar o Plano Cruzado nº 2, que através de um amplo conjunto de medidas monetárias e fiscais se destina a reprimir o consumo, incrementar a poupança e criar novas fontes de recursos para financiar os investimentos da economia brasileira nos próximos três anos.

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, obteve a aprovação do presidente da Repúbli-

ca para adoção de medidas tão abrangentes a partir de dois argumentos básicos: 1) o depósito compulsório sobre combustíveis, carros, viagens internacionais e compra de dólares é a única alternativa para reduzir o consumo desses itens sem romper o congelamento de preços; 2) o sucesso do Plano Cruzado nº 1 foi comprovado pelo registro de uma inflação de apenas 0,30% nas últimas 4 semanas (duas últimas de junho e duas primeiras de julho) medidos pelo Fipec, de São Paulo, índice dos mais pessimistas em relação ao pacote original e que começou por apontar uma inflação de 2,3% em março.

Numa reunião que entrou pela noite no Ministério da Fazenda, com a presença de Jorge Murad, secretário particular do presidente, discutia-se detalhes finais do pacote. Entre eles, a conveniência de acabar com o último resíduo da correção monetária na economia que é a remuneração da caderneta de poupança com base na variação da inflação. A idéia proposta era substituí-la pela rentabilidade da Letra do Banco Central (LBC), mais um percentual de juros.

Outra disposição do ministro da Fazenda era aprovar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a produção de automóveis, remédios, fumo e vidros para indústria farmacêutica, como forma de compensar os preços defasados com os quais esses setores industriais foram surpreendidos pelo congelamento de preços em 28 de fevereiro.

Para sancionar as medidas financeiras do pacote, o Conselho Monetário Nacional foi convocado para uma reunião hoje às 17h30min, quando os representantes do setor privado poderão expressar o descontentamento que as medidas começaram a despertar na véspera da edição, de acordo com relatos recebidos pelo governo. Logo em seguida os ministros Funaro, João Sayad, e Aluízio Alves, da Administração, gravarão uma entrevista na Rede Globo para ser divulgada logo após a fala do presidente da República.